

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nºs 145/146

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 21 DE OUTUBRO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## Representação Partidária

*PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Tiago Amorim Novaes; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Neivo Beraldin - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada (licenciado); PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02: Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 01: Pastor Edson Praczyk.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 098ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
21 DE OUTUBRO DE 1999**

(quinta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Geraldo Cartário e Ademar Traiano.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Cesar Seleme, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Maia, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (39).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Maria Ferreira, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Ricardo Chab Serafina Carrilho. (15)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

Pela Ordem com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença do Senhor Silmar Pastorel, nosso companheiro e Vereador de Pato Branco, que nos visita, hoje, aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Seja bem-vindo, Vereador a nossa Casa.

Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 2211

Senhor Presidente.

Na forma do que prescreve o artigo 132, § 2º, inciso XI, do Regimento Interno, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja concedida preferência para a votação do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça na deliberação do Projeto de Lei nº 258/99, constante da pauta da Ordem do Dia desta Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 21.10.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2208

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Munhoz de Mello pela passagem, no próximo dia 03/11/99, do seu 43º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Celso Búbula Silva, Prefeito Municipal, ao Senhor José Gomes, vice-Prefeito, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem toda a população de Munhoz de Mello.

Sala das Sessões, 21.10.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 03 de novembro marcará a data magna do Município de Munhoz de Mello que estará comemorando seus 43 anos de emancipação política.

Cumprimentamos efusivamente toda a comunidade, principalmente aqueles que, como nós, acreditam que é somente através de um trabalho incessante que se obtém a segurança para um futuro melhor.

Toda a população de Munhoz de Mello, nesta significativa data de 03.11.99, merece todo o nosso reconhecimento pela colaboração que vem prestando através de um eficiente trabalho visando o desenvolvimento cada vez mais acentuado do Município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, se associa às homenagens que serão prestadas à toda população trabalhadora que luta em prol da grandeza do seu Município.

**REQUERIMENTO Nº 2212**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Centro de Educação Integrada Monteiro Lobato, pela premiação como “Incentivo à Educação Ambiental”.

Sala das Sessões, em 21.10.99.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

O Centro de Educação Integrada Monteiro Lobato, desta Capital, foi agraciado com o Prêmio “Incentivo à Educação Ambiental”, do Ministério da Educação.

O Projeto “Rabisquinho”, coordenado pela Professora Beatriz Corrêa Dias, envolveu cerca de mil crianças que deram lições de preservação ambiental para a comunidade. Do trabalho, surgiu o personagem título do programa, um típico “piá curitibano”, transformando em herói da causa ambiental.

O “Rabisquinho” auxilia os alunos da pré-escola à 4ª série na mobilização diária para a conscientização ecológica dos moradores da região. Com a iniciativa os estudantes passaram a se preocupar com o lixo jogado na frente da escola, tentaram chamar a atenção das pessoas para o problema e promoveram campanhas de conscientização com moradores, mas não conseguiram os resultados esperados. Dessa forma, pintaram o muro do CEI com flores gigantes, procurando passar um recado para todos que pichavam muros ou sujavam as ruas.

Pela escolha com o merecido e honrado prêmio, receba o CEI - Monteiro Lobato, seus alunos e toda a equipe de trabalho, especialmente a Professora Coordenadora do Projeto “Rabisquinho” - Beatriz Corrêa Dias, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 2213**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Escola Estadual Ivone Pimentel (R. Sebastião Malucelli, 532 - Novo Mundo - Ctba), pela premiação como “Referência em Gestão Escolar 1998”.

Sala das Sessões, em 21.10.99.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

A Escola Estadual Ivone Pimentel, com todos os problemas enfrentados por um estabelecimento de ensino público, foi uma das vencedoras do Prêmio Referência em Gestão Escolar de 1998, promovido pelo Ministério da Educação, Fundação Roberto Marinho e UNICEF. Outras oito escolas paranaenses foram indicadas à premiação.

Esta escola vencedora possui 1360 alunos e promove muitas atividades especiais para as aulas e também para integração com a comunidade. o objetivo desta

diferenciação no ensino, é a diminuição da violência entre os alunos, na escola e fora dela, além do estímulo à transformação pela cidadania.

Pela escolha com o merecido e honrado prêmio, receba a Escola Estadual Ivone Pimentel, seus alunos e toda a equipe de trabalho, através da Diretora Sra. Vilma Assis Andrade, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 2214**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos legislativos de votos de congratulações, à ACIC - Associação Comercial e Industrial de Colombo, pela passagem do 18º aniversário de sua fundação, o qual ocorrerá no dia 28 de outubro de 1999, no Município de Colombo - Paraná.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente o Senhor Osmir Marcos Alberti, através de correspondência a ser encaminhada a Rua José Antonio Zem, nº 204, Jardim Arapongas, Caixa Postal 101, CEP 83-402-410 - Colombo -PR.

Neste Termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.10.99.

(a) EDSON STRAPASON

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI Nº 534/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento parcial de obrigações constantes de Precatórios Judiciais em casos de comprovada necessidade para cobrir despesas com tratamento de saúde do titular ou seu dependente, observado o limite fixado na Lei nº 12.601 de 1999.

Art. 2º - O pagamento será efetuado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da apresentação do requerimento à Procuradoria Geral do Estado.

Art. 3º - O requerimento firmado pelo titular da obrigação será instruído com os seguintes elementos de informação além de outros que a Procuradoria Geral do Estado entender necessário.

I - prova de existência da obrigação

II - atestado com indicação da doença e necessidade do tratamento

III - orçamento com discriminação das despesas e cronogramas de pagamentos

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.99.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

## 1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

### O CIDADÃO O ESTADO E O DIREITO À SAÚDE

É público e notório que o estado acumula elevados débitos decorrentes de decisões judiciais.

Estes débitos, segundo mandamento constitucional devem ser pagos “na ordem cronológica de apresentação” (C.F. art. 100, “Caput”), salvo aqueles definidos em lei como de pequeno valor (C.F. art. 100 § 3º).

A Lei Estadual nº 12.601 de 1999 define como de pequeno valor as obrigações até 5.400 (cinco mil e quatrocentos) UFIR.

Temos verificado no entanto que inúmeros titulares de créditos com valores acima de 5.400 (cinco mil e quatrocentos) UFIR estão vivendo terríveis dificuldades.

Muitos tem no recebimento desses créditos a única esperança de obter algum alívio em sua situação financeira.

Vários são os casos dramáticos em que os credores lutam com terríveis problemas de saúde na família e não podem arcar com as despesas respectivas.

Surge uma situação irônica e terrivelmente injusta. O cidadão não recebe assistência ao sistema público, nem pode recorrer ao sistema privado, porque não dispõe de recursos, embora possua dinheiro para receber do Estado.

Todos sabemos que o atendimento do sistema público é precário e o sistema privado insensível.

Temos exemplos de portadores de doenças como “câncer”, “AIDS”. “Deficiência Renal”, “acidente vascular cerebral”, etc, lutando entre a precariedade do serviço público (com suas enormes filas) e a insensibilidade do serviço privado (que, a pretexto de ser a saúde dever do Estado, nada faz sem pagamento antecipado).

Esses pacientes, sofrem duplamente.

A dor do corpo, diante da doença, a dor da alma, diante do abandono e da injustiça, diante do desamparo social em que se encontram.

## 2 - O FUNDAMENTO DA PROPOSTA

A proposição que apresentamos é inspirada num espírito humanitário e num critério de justiça. Minorar parte do sofrimento daqueles que estão doentes e sem recursos para custear o tratamento.

Atender em parte aquele que tem crédito líquido e certo junto ao Estado, dando-lhe o tratamento da Lei Estadual nº 12.601/99.

## 3 - A CONSTITUCIONALIDADE DA PROPOSIÇÃO

O projeto é legal e constitucional. O que esta proposição estabelece é uma alternativa de assistência a pessoa desamparada. sua base constitucional está nos artigos 1º, III (a dignidade da pessoa humana), 3º

(sociedade livre, justa e solidária), 6º (direito à saúde e assistência aos desamparados), 193º (primado da justiça social) e 196º (direito à saúde e acesso às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação), da Constituição Federal).

Assim, embora o artigo 100 da Constituição Federal imponha a obrigatoriedade de se observar uma ordem rigorosa no pagamento dos precatórios o que é imprescindível à garantia dos credores e da própria ordem pública para evitar privilégios e negociatas, essa ordem não prevalece diante da realidade concreta, quando o que está em pauta é a exigência de “respeito a dignidade da pessoa humana”, a efetivação dos preceitos de “justiça e solidariedade”, a efetividade do direito à “saúde” e a “assistência contra o desamparo”, o “primado da justiça social”, e do “acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Portanto, as disposições que se aplicam a esta proposição, em confronto com o artigo 100 da Constituição Federal, são aquelas contidas nos artigos 1º, III, 3º, 6º, 193º e 196º da Constituição Federal, que devem prevalecer.

## 4 - A COMPETÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

A matéria está no âmbito da competência legislativa da Assembléia legislativa que regulamenta aquilo que a Constituição Federal determina.

## 5 - INSTRUMENTO DE GARANTIA PARA EXECUÇÃO DA LEI

Ressalte-se, por último, que a Procuradoria Geral do Estado será agente fiscalizador da fiel e adequada execução da lei, evitando as distorções que elementos inescrupulosos sempre procuram impor.

A fiscalização da Procuradoria Geral do Estado, é a garantia contra burlas, negociatas e artifícios diversos que visarem sabotar a ordem do artigo 100 da C.F. e macular o elevado espírito público e social do projeto.

Cabe à Procuradoria Geral do Estado analisar o pedido, conferir a documentação que o instrui e adotar todos os procedimentos cautelares necessários à fiel e boa execução do texto da lei, em conformidade com o espírito de justiça e humanidade que constituem seu fundamento.

## 6 - CONCLUSÃO

Diante do exposto, conto com o apoio desta Casa para aprovação do Projeto.

PROJETO DE LEI Nº 535/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar nas Escolas da Rede Pública Estadual o Gabinete de Orientação Vocacional.

Parágrafo Único - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias a partir da sua publicação.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.99.

(a) NELSON JUSTUS

#### JUSTIFICATIVA:

A criação do Gabinete de Orientação Vocacional que aqui apresentamos, visa orientar os alunos para exercerem uma profissão de acordo com suas habilidades específicas e de suas potencialidades vocacionais.

Através destes Gabinetes em cada Escola irá se diminuir os índices de evasão escolar e irá se melhorar a qualificação das Universidades.

Pois, os jovens com ensino profissionalizante em nível de Escola Técnica estão plenamente satisfeitos: assim como, a maioria dos melhores acadêmicos universitários cursarem ensino profissionalizante no 2º Grau.

Os alunos geralmente encontram-se indecisos quanto as suas carreiras profissionais futuras.

Muitas vezes, isso se dá pela total desinformação, não apenas, das áreas do mercado de trabalho, como por ignorarem completamente as suas aptidões físicas e mentais; ou se tem este ínfimo conhecimento não sabem como desenvolvê-lo.

Gerando, assim, por essas condições, futuros profissionais desgostosos da escolha que fizeram da profissão.

A idéia contida nesta proposição beneficiará igualmente a Sociedade, já que disporá ela futuramente de pessoas capazes dentro de suas profissões (conscientemente escolhidas) e satisfeitas intrinsecamente em servir a ela.

É sabido por todos que o Ser humano, somente se realiza por completo, fazendo aquilo que gosta. O profissional capaz que está contente dentro de sua área de trabalho, renderá benefícios, não apenas para si mesmo, como para aqueles a quem presta seus serviços.

#### PROJETO DE LEI Nº 536/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de utilidade Pública o COPEL Clube Ponta Grossa - CCPG, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.99.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

O COPEL Clube Ponta Grossa- CCPG, fundada em 1974, com sede e foro na rua 12, Parque Santa Cecília, tem o objetivo de congregar os moradores e os amigos da comunidade pontagrossense, através do desenvolvimento esportivo, social e educacional dos associados da Região dos Campos Gerais.

A criação da referida entidade foi coroado de êxito e desenvolve hoje, importantes atividades que geram beneficência.

Executa ainda periodicamente palestras, jogos que integram os associados e visam o aperfeiçoamento da pessoa humana em geral.

Ações recreativas, a troca de experiências, intercâmbio e prestação de serviços sem finalidades políticas e religiosas, são programas desenvolvidos pelo COPEL Clube de Ponta Grossa.

Por estas e outras razões que só enaltecem o papel da referida entidade perante a sociedade do município de Ponta Grossa, esperamos o apoio dos nobres Deputados para a aprovação da matéria.

#### PROJETO DE LEI Nº 537/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro Presbiteriano de Proteção à Infância e à Maternidade de Ponta Grossa, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.99.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede e foro a Rua Frei Veloso nº 38, em Ponta Grossa, atuando em pleno funcionamento.

O Centro Presbiteriano de Proteção à Infância e à Maternidade de Ponta Grossa, tem por finalidade a proteção e assistência à Maternidade e à Infância em geral, velando pela saúde, o bem estar e as necessidades das crianças e da gestante, especialmente, proporcionando a proteção antes, durante e após o parto, assistência médica à criança e a gestante, assistência alimentar, proteção e educação das crianças órfãs e abandonadas que vivem em vias públicas, educação, recreação e educação de crianças que as mães trabalham fora do lar; divulgação dos preceitos de higiene, recreação orientada e educação física dirigida; outras iniciativas ou empreendimentos médico-sociais em favor da Maternidade e da Infância.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela Ordem, com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença do Senhor Silmar Pastorel, nosso companheiro e Vereador de Pato Branco, que nos visita, hoje, aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Seja bem-vindo, Vereador a nossa Casa.

No pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pretendia usar da palavra na tribuna no dia de hoje, mas as notícias novamente que saíram na imprensa, me obrigam a fazer este relato, porque talvez o conjunto dos Deputados não tenham tomado conhecimento das notícias que estão veiculadas no Paraná inteiro.

Nós abordamos aqui ontem, uma crise de legitimidade, não sabemos se fundada, mas uma crise que passa o alto comando da Polícia Militar do Estado do Paraná.

E hoje traz uma denúncia que, se o Sr. Presidente, Srs. Deputados tiverem um pouquinho de paciência, gostaria de ler por causa da gravidade das revelações contidas nesse processo.

O título da matéria, é Folha do Paraná, “Folha de Curitiba, 5ª feira, dia 21 de outubro de 1999:

“Promotoria apura “EMPRÉSTIMO” de Coronel Lara. Não é mais “empréstimo” do Coronel Lara, que é o Comandante da Polícia Militar.

(Lê): O Ministério Público tem um depoimento que muda a versão sobre a compra; sem licitação das jaquetas coreanas para a Polícia Militar. A antecipação de R\$350 mil para adquirir o material, que ficaria a cargo do importador Georges Pantazis, seria um empréstimo pessoal que o comandante geral da PM, coronel Luiz Fernando de Lara, teria concedido em abril passado ao empresário. Há uma semana, a Promotoria de Investigações Criminais (PIC) esteve no escritório de Pantazis em Curitiba onde apanharam documentos para esclarecer o caso.

As informações foram prestadas à PIC por coronéis que foram contra a transação, considerada por eles como ilegal. Outro dado apurado pelos promotores é um segundo empréstimo, de R\$130 mil, que Lara fez a Pantazis em junho. Quando os coronéis integrantes do conselho administrativo descobriram o adiantamento de R\$350 mil, Pantazis devolveu aos cofres da PM os R\$130 mil restantes.

Em agosto, apesar de toda polêmica instaurada no alto comando da PM, as jaquetas ainda eram prioridade. Os coronéis decidiram naquela ocasião, para setembro, o início do processo de licitação pública que definiria a

empresa responsável pela compra das jaquetas. O lote chegaria a 20 mil vestimentas que seriam usadas para equipar a tropa de todo o Paraná no inverno do ano que vem. O coronel Lara, que aprovou verbalmente a verba de R\$350 mil para Pantazis, não votou na reunião. O comandante só vota em caso de empate.

Desde o início deste mês, o conselho administrativo da PM passa por momentos de turbulência. O coronel Ivo Matickoski foi exonerado da diretoria de finanças junto com os coronéis Justino Henrique de Sampaio Filho (Comandante do Policiamento da Capital) e Walter Cardoso de Aguiar (comandante do Policiamento do Interior), que eram integrantes efetivos do conselho. Justino e Aguiar teriam mantido suas posições no conselho depois que o governador Jaime Lerner intercedeu. O objetivo da saída dos coronéis era reforçar a posição de Lara no conselho e tocar adiante a transação dos R\$350 mil necessários para a compra de 3,5 mil jaquetas da Coreia do Sul.

Ontem, a assessoria de imprensa do Palácio Iguaçu informou que Justino e Aguiar não foram exonerados do conselho. Matickoski, segundo o Palácio, teria saído porque acumulava cargo de tesoureiro da Associação da Vila Militar (AVM), o que representa incompatibilidade. Coronéis entrevistados pela Folha mantêm versão de que Matickoski saiu porque denunciou o caso das jaquetas”.

Sr. Presidente, Sr. Deputados.

O Comandante da Polícia Militar, Coronel Lara, não apenas não procedeu uma licitação pública para compra de jaquetas coreanas, na ordem de 350 mil reais, mas existe uma história muito mais complexa por trás disso. Parece-me que pelas investigações, pelos depoimentos que estão na Promotoria, que já está investigando o caso de que o Coronel teria concedido, com dinheiro da corporação, do orçamento próprio da Polícia Militar, um empréstimo para um empresário na ordem de 350 mil reais. E teve um segundo empréstimo na ordem de 130 mil reais. E não sei se por motivos para fazer a transação ficar legalizada, ficar do ponto de vista do recebimento, mas o Coronel fez um processo depois da licitação que não tinha o consenso do alto comando da Polícia Militar. E agora a notícia vem a público dizendo que o Coronel Justino foi afastado do Conselho, o Coronel Aguiar. O Palácio Iguaçu nega a versão dita pelos Coronéis que são contrários a esta transação, tentando, talvez, acobertar uma atitude irresponsável do comandante da Polícia Militar.

Srs. Deputados, ou o Secretário de Segurança Pública traz uma explicação deste caso que seja convincente, com tranquilidade, sem pretensão de querer pôr quaisquer panos quentes nessa polêmica, senão não será outra alternativa de que a Assembleia, não contente com as informações prestadas pelo Governo ou pelo alto comando, ou pelo Secretário de Segurança, de que tenhamos, talvez, que discutir a possibilidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Não será necessário trazer a presença de policiais militares aqui para constranger o

Comando da Polícia Militar, que não compactua com o que está acontecendo na corporação. Não será necessário trazer a presença de policial militar aqui para fazer depoimento para constranger publicamente.

Acho que as informações que já estão sendo ventiladas pela imprensa, que já são públicas, que já têm o conhecimento das autoridades são suficientes, de certa maneira, para que o Governo abra uma sindicância, a mais imparcial possível, para que apure todas as responsabilidades deste caso em relação ao que vem acontecendo na Polícia Militar. O caso do Joni, foi um caso que até agora não há nenhum posicionamento por parte da Polícia Militar nem da Secretaria de Segurança e de nenhum inquérito que apurou a participação e a convivência de um ex-presidiário, de um estelionatário, de um homem com uma ficha policial enorme no Estado de São Paulo, que foi agraciado com uma medalha, com uma placa de amigo da Polícia Militar do Estado do Paraná, concedida pelo alto comando da Polícia.

Então, Sr. Presidente, trago mais esta notícia dizendo que é grave a situação na Polícia Militar e esperamos que a Assembléia Legislativa, o Secretário de Segurança, conforme o Deputado Valdir Rossoni discursou, ontem, na tribuna, não estava naquela momento, mas fiquei sabendo de que o Secretário de Segurança pretende trazer informações a respeito desses episódios da Polícia Militar na semana que vem.

Então, aguardamos, porque o nosso objetivo, a nossa intenção é de que irregularidades como essa não podem acontecer no Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Com a lavra o PSL, PSDB.

(Declinam)

Pelo PMDB, com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Não chegou ainda às nossas mãos a cópia do inteiro teor do pronunciamento feito no Senado da República, ontem, pelo ex-Governador e hoje Senador Álvaro Dias.

Tivemos a oportunidade de, ontem à noite, acompanhar parcialmente o pronunciamento do ilustre Senador que, para nossa alegria e satisfação, já teve também privilégio, como esta Casa, de exercer aqui o mandato de Deputado Estadual no período de 71 a início de 75.

E, naquela oportunidade, naqueles poucos instantes que pudemos observar o pronunciamento de Sua Excelência o Senador Álvaro Dias, nos causou muita preocupação, além de todas aquelas que já temos manifestado nesta tribuna, os dados estarrecedores que ele coloca acerca da situação do Estado do Paraná, principal-

mente no que diz respeito ao componente do endividamento público do nosso Estado.

O Senador Álvaro Dias, e vamos retornar na próxima semana trazendo a conhecimento desta Casa o inteiro teor do seu pronunciamento, relatou em alguns momentos tudo aquilo que temos relatado nesta Casa quando já anunciamos aqui aos Senhores Deputados que o Paraná, desde Zacarias de Góes e Vasconcelos em 1853 até o Mário Pereira em 1994, construindo e transformando este Estado ao longo de 141 anos, construindo hospitais, escolas, estradas, hidrelétricas, eletrificando o Paraná, readeguando rodovias, implantando um maravilhoso programa chamado Paraná Rural, construindo casas, construindo ferrovias, o Paraná acumulou uma dívida de um bilhão trezentos e noventa e cinco milhões.

E, fechou o ano de 98, em apenas quatro anos da gestão Jaime Lerner, apresentando em seu balanço, uma dívida superior já, a Seis bilhões de reais que, se acrescido aos quase cinco bilhões que o Estado buscou neste ano para proceder o saneamento do BANESTADO, já ultrapassaremos à casa dos onze bilhões e, se considerarmos os dois bilhões que se busca para a capitalização do Fundo de Previdência do Estado do Paraná, o PARANAPREVIDÊNCIA, certamente que esta dívida do Paraná estará ultrapassando a casa do Treze bilhões de reais.

Iremos, na próxima segunda-feira, de posse deste pronunciamento, da cópia do requerimento que fez o Senador Álvaro Dias ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central pedindo informações, iremos com os Senhores Deputados nos aprofundar na discussão da situação financeira do Estado do Paraná, até para que possamos ir aquecendo, de certa forma, as turbinas, com vistas ao debate que teremos aqui, espero bastante esclarecedor, de parte do Secretário Giovani Gionédís, que confirmou através do Presidente Nelson Justus, a sua vinda a esta Casa para o dia 04 de novembro, uma 5ª feira às dez horas da manhã.

#### O Sr. Ângelo Vanhoni

Deputado Orlando Pessuti, Vossa Excelência abordou a questão do endividamento do Estado do Paraná. Infelizmente o Deputado Valdir Rossoni teceu ontem reparos na observação feita pelo Líder do Bloco de Oposição, Deputado Edgar Bueno, questionando os números levantados pelo Deputado Edgar Bueno. Queria dizer para o Deputado Valdir Rossoni e confirmar para Vossa Excelência que o endividamento do Estado do Paraná, endividamento do Estado do Paraná não é de 6 bilhões, é de 8 bilhões e quatrocentos mil reais. Estou com os documentos fornecidos pelo Banco Central da dívida do Estado do Paraná e vou trazer aqui e entregar em mãos para o Líder do Governo, porque ele não tem conhecimento destes valores.

E vou ler o documento fornecido pelo Banco Central: Dívida do Estado do Paraná - Tesouro Nacional - 5 bilhões 161 - Dívida bancária - 1 bilhão 738 mil 141 -

Dívida do INSS, FGTS - 578 - Total: 7 bilhões 477. Mais a dívida externa - 1 bilhão 179. Total: 8 bilhões 666 e 605 mil reais. É esta a dívida pública do Estado do Paraná no mês de maio de 1999, dívida da administração direta e indireta dos Estados, fonte do Banco Central do Brasil. Aqui tem cópias que o Líder do Governo pode pegar para confirmar o brutal endividamento do nosso Estado até maio. Não estão computados nestes valores ainda o repasse dado para o Banco do Estado na semana que vem de 1 bilhão e 700 milhões de reais. Ultrapassamos 10 bilhões de reais de dívida. Vossa Excelência estava com toda a razão.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço o aparte do Deputado Ângelo Vanhoni e peço também que nos forneça uma cópia deste documento do Banco Central e quero justamente neste momento e era a seqüência do que íamos falar de que no dia de ontem quando o nosso Líder das Oposições, Deputado Edgar Bueno aqui compareceu falando da situação do endividamento ele disse a mais pura e verdadeira das verdades se assim poderíamos nos expressar, porque os números que nos levaram a ter estas informações de 6 bilhões e alguma coisa a mais, são números que constam dos balancetes publicados, assinados pelo Governo do Estado do Paraná.

E estes números, conforme diz agora o nobre Deputado Ângelo Vanhoni, foram acrescidos até o mês de maio com alguma coisa a mais que certamente são aqueles mais de 2 bilhões de reais que chegaram a título de saneamento do Banco do Estado do Paraná.

Então, Deputado Valdir Rossoni, quando ontem Vossa Excelência foi a Tribuna para de certa forma desautorizar aquilo que dizia o nosso Líder das Oposições, Vossa Excelência naquele momento não agia com a verdade que é costumeira nas palavras manifestadas por Vossa Excelência nesta Casa porque os números apresentados pelo Deputado Edgar Bueno, nosso Líder, era a expressão da verdade e que agora se confirma através de um documento que está de posse do Deputado Ângelo Vanhoni que é um documento oficial do Banco Central do Brasil a quem certamente foram enviados esses balancetes, estas informações, até para nortear todo este processo de busca, de antecipação dos royalties por parte do Governo, que diga-se de passagem e ontem muito bem frisou o nobre Senador do PSDB do Paraná, Álvaro Dias, que é o maior dos absurdos que ele pode imaginar na vida dele, enquanto um agente público, enquanto um homem público, enquanto um representante público, imaginar que o Estado esteja antecipado suas receitas de 23 anos, comprometendo certamente o futuro deste Estado.

#### O Sr. Valdir Rossoni

Permite um aparte, Deputado?  
(Assentimento)

Deputado Vanhoni, Deputado Pessuti, quero dizer ao Deputado Vanhoni que quando você discute a questão da dívida do Estado e diga-se de passagem, Deputado Vanhoni, se é algo que tenho facilidade, por ser professor de Matemática, é com números. E além de professor de Matemática fiz contabilidade. E quando você interpreta uma dívida, você tem que saber diferenciar os números.

Deputado Pessuti, não quero entrar em pormenores aqui no meu aparte e Vossas Excelências quando falam aqui em bilhões, vocês aumentam um bilhão ou diminuem um bilhão com uma facilidade como se isso fosse dinheiro de banana.

O que quero que Vossa Excelência realmente se prepare e tenho certeza que Vossa Excelência tem todas as condições de discutir com o Secretário da Fazenda. Peço ao Presidente Nelson Justus que realmente mais importante a ser discutida nesta Casa é questão do endividamento do Estado, para se deixar clara toda essa questão.

Ora, quando se fala que vamos adiantar os royalties em vinte e cinco anos, é porque vamos pagar vinte anos, que não foi pago à Previdência deste Estado, Deputado Pessuti. E diga-se de passagem quem criou o Fundo Previdenciário do Estado e extinguiu esse em troca de ambulância, não foi o Governador Jaime Lerner, se não me falha a memória. Quem extinguiu o Fundo Previdenciário do Estado foi o seu governo. E este rombo nas finanças do Estado está aí, porque não se criou o Fundo Previdenciário do Estado.

Deputado Pessuti, é muito fácil falar da dívida. Por que Vossa Excelência não sobe na tribuna e diz o seguinte: o meu governador, numa atitude heróica, transformou 50 mil celetistas em estatutários e esqueceu de discutir com a União o tempo que tinha contribuído para o INSS. Onde estava a responsabilidade do seu Governador? Estamos discutindo na Justiça, para recuperar aquele dinheiro perdido. O seu Governador, quando transformou os 50 mil celetistas em estatutários, em nem um momento se preocupou que no outro dia, aqueles celetistas poderiam num outro dia estar se aposentando com recursos do Estado.

Ninguém quer ser o dono da dívida ou ser o culpado dela. A parte que cabe ao governo Jaime Lerner não há dúvida.

O Senador Álvaro Dias fazendo pronunciamento da dívida, ele tinha que falar com o Presidente da República - os senhores sabem muito bem, o Senador Álvaro Dias pertence ao PSDB, representante do Governo Federal. Todos os senhores sabem que todos os Estados brasileiros, devido à rolagem da dívida e aos altos juros, é que estamos dentro dessa consequência.

Quero dar uma resposta ao Ângelo Vanhoni: antigamente ele tinha um amor profundo pelo Deputado Romanelli. Parece que agora essa paixão é pelo Deputado Pessuti. Não posso debater com o Deputado Pessuti, porque ele tem um carinho todo especial por ele. O



mesmo carinho que o Deputado Vanhoni tem pelo Deputado Pessuti, também tenho.

O mesmo carinho que Vossa Excelência tem, Deputado Vanhoni pelo Deputado Pessuti, também tenho. Moramos na Casa do Estudante, só que ele era efetivo e eu era clandestino. Ele me ajudava a me esconder no quarto dos estudantes. Um dia eu dormia na ala B ou na ala C, porque tinha a fiscalização. Tenho um carinho especial pelo Deputado Pessuti.

O Senador Álvaro Dias, quando fala da dívida do Estado, ele poderia resolver esse problema no Senado da República, tornaria muito mais fácil essa questão.

Tenho certeza absoluta, que no dia em que o Secretário da Fazenda vier aqui e é claro que ele tem mais conhecimento...

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

É isso que esperamos, que ele venha e possa nos esclarecer e convencer que estes números não são verdadeiros.

**O Sr. Valdir Rossoni**

Espero que Vossa Excelência quando ele vier...

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Será a maior alegria da minha vida parlamentar, nesta Casa, que o Sr. Giovani Gionédís consiga mostrar para nos que estes números, superiores já a 10 bilhões de reais de endividamento do Paraná, não são reais.

**O Sr. Valdir Rossoni**

Deputado, posso terminar o meu aparte? Farei três questões, os celetistas, transformados em estatutários, o Fundo de Previdência, a questão do BANESTADO, Vossa Excelência sabe, assumimos o BANESTADO falido! E se Vossa Excelência está em busca de documentos vou trazer uma carta do Banco Central onde dizia ao Governador que ora assumia: - Ou Vossa Excelência assume a responsabilidade de sanear o BANESTADO ou vai haver intervenção como houve no BANESPA. O Governador Jaime Lerner não estava governando o Paraná era o seu Governador que estava governando.

Então, todo este problema foi gerado por vários governadores. Agradeço o aparte e pelo que estou vendo não estou sendo agressivo com Vossa Excelência porque jamais quero mexer com o carinho que o Deputado Pessuti tem por Vossa Excelência, desculpe Deputado Vanhoni.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

O Deputado Valdir Rossoni diz que tem habilitação em matemática e portanto entende de números. Talvez tenha alguma dificuldade em português no que diz respeito em fazer devidamente a leitura. Estou dizendo que talvez tenha dificuldade em fazer a leitura destes números, porque qualquer um de nós, seja matemático ou não, haverá de saber, o que é um bilhão e trezentos e

noventa e cinco, seis bilhões, dez bilhões. E Deputado, não venha Vossa Excelência dizer que somos nós que estamos aí colocando mais um bilhãozinho, mais dois bilhãozinhos.

No nosso tempo, quando era um empréstimo que vinha aqui para a Assembléia de cinquenta milhões, cem milhões, causava um alvoroço, um suspense nos Senhores Deputados, devido ao tamanho. E hoje, não é Deputado Caíto, já conversamos sobre isso, aqui virou fácil se fala em bilhões como se nada acontecesse!

E Vossa Excelência fala que o Governo Requião cometeu uma das maiores irresponsabilidades em transformar celetistas em estatutários. Olha, gostaria que todos os Governos tratassem os servidores públicos como tratou o Senador Requião, dando a eles estabilidade, segurança, garantias. E que realmente gastassem o dinheiro do Poder Público assegurando direitos dos trabalhadores e não gastassem dinheiro público comprando títulos podres em Alagoas, de Pernambuco, de Osasco, de Guarulhos. Que não gastassem o dinheiro do BANESTADO que Vossa Excelência diz que fomos nós que atrapalhamos a vida do Banco, quando o Presidente, indicado pelo seu Governador, Jaime Lerner, o Governador de todos nós, paranaenses, Jaime Lerner, no seu primeiro mandato, o Luiz Antônio Fayet, anunciou, no dia 9, oito dias depois da posse do Governador, que o banco estava redondo, estava bonito...

**O Sr. Valdir Rossoni**

Este fala de dor de cotovelo, porque foi demitido.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Então, Deputado, talvez tenha, como eu, dificuldade para entender muita coisa que acontece, neste Parlamento, porque todos temos nossas limitações, nossas dificuldades, mas não poderia ter nenhuma dificuldade de entender um balancete que o seu Governo publica e de entender um documento do Banco Central que aquilo que estamos dizendo é a mais estrita verdade, acerca do endividamento.

E quero, realmente, Deputado Rossoni e Senhores Deputados, que o Secretário Giovani Gionédís, ao vir aqui no dia 4, me convença e a esta Casa que estes números não são verdadeiros, porque aí me sentirei um para-naense mais aliviado!

Porque uma coisa é ter a certeza que o Paraná esta devendo mais de dez bilhões e a outra é o Giovani Gionédís vir aqui e dizer: - Olha, Deputado Pessuti, Senhores Deputados, Sra. Deputada, a dívida do Paraná está aqui mostrada é apenas aí, três bilhões de reais, dois bilhões. Pegamos um bilhão e trezentos e noventa e cinco e em cinco anos, quatro anos e dez meses, aumentamos esses um bilhão, trezentos e noventa e cinco, aí só para uns três, quatro, ficaria muito contente.

Vou fornecer um aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni.

### O Sr. Ângelo Vanhoni

Esse debate é um debate bom para a Assembléia Legislativa, porque diz respeito a problemas do Paraná como um todo, são as finanças do nosso Estado. Novamente o Líder do Governo me parece completamente desinformado da realidade e mal assessorado, porque deveria ter uma assessoria competente trabalhando ao seu lado. Em primeiro lugar o Senador Roberto Requião enquanto governador descumpriu...

#### (Tumulto em Plenário)

O Deputado Valdir Rossoni, primeiro vem aqui e diz o seguinte: que o Governador Roberto Requião enquanto Governador não transformou em Estatutários os Celetistas. Isso é verdade! Mas o Deputado esquece, quem obrigava o Governador Requião a fazer o que não fez, porque deveria ter feito. Veja bem! Deveria ter transformado em estatutário, ao contrário do que Vossa Excelência diz, que era uma imposição da Constituição de 88. Tanto é assim, que o Senhor Governador enquanto Prefeito da Capital do Estado, transformou todos os funcionários celetistas da Prefeitura Municipal de Curitiba em estatutários. Fazendo concursos internos e implantando Regime Jurídico Único. Se há uma dívida do Governador da época, Senhor Roberto Requião, para com os Servidores Públicos do Estado do Paraná, é de não ter promovido o concurso interno para promover exatamente o contrário do que Vossa Excelência diz. A transformação dos celetistas em estatutários, não cumprindo a determinação da Constituição de 88.

Então, exatamente o contrário do que Vossa Excelência diz. Outra questão diz respeito aos números. E quando digo que Vossa Excelência não está bem assessorado, porque os números não há como fazer duas leituras sobre dívida, ou é dívida ou não é dívida, não existe meia dívida, não existe parte de dívida, não existe uma dívida que não é dívida. O Banco Central está dizendo através de documentos que a dívida do Estado do Paraná no mês de maio é de 8 bilhões seiscentos sessenta e um milhões de reais. Acrescidos agora de mais uma parcela que o Senhor Pedro Malan anunciou junto com o Senhor Jaime Lerner da concessão de um bilhão e setecentos milhões para proceder o saneamento do Banco do Estado do Paraná.

Então, ultrapassa, chega a quase a quantia de 11 bilhões de reais a dívida do Estado do Paraná nos dias de hoje.

Outra coisa que o Senhor Valdir Rossoni esquece é que o Presidente do Banco do Estado do Paraná, Senhor Luiz Antonio Fayet, não está dizendo nada porque foi demitido do Banco. Aliás isso é uma indelicadeza, que o Deputado Valdir Rossoni faz com o Sr. Luiz Antonio Fayet, porque o documento que está assinado com os membros do Banco Central, com a assinatura do Sr. Jaime Lerner e com a assinatura do Sr. Antonio Fayet, era de que o Banco do Estado do Paraná, no ano de 96 estava completamente saneado e desfrutava de um equilíbrio financeiro invejável na estrutura pública dos Bancos

Estaduais brasileiros. Ora! Quem é que está mentindo? O Sr. Luiz Antonio Fayet, o Secretário da Fazenda na época o Sr. Miguel Salomão, os técnicos do Banco Central, ou o governador Jaime Lerner que assinou o documento. Agora só porque o Sr. Luiz Antonio Fayet não é mais presidente do banco, foi demitido por outros motivos, agora ele passa a ser mentiroso. Que história é essa? O Banco mudou de perfil, já estava quebrado, quem é que assinou aquele documento. O Miguel Salomão estava mentindo, não é a assinatura do Sr. Antonio Fayet que tem na carta, que foi endereçada ao Banco Central, está a assinatura do então Secretário das Finanças da época, Sr. Miguel Salomão. Quem estava mentindo a respeito do Banco do Estado na época, o Governador? O Sr. Miguel Salomão? Ou somente o Sr. Luiz Antonio Fayet?

Muito obrigado.

### O Sr. Caíto Quintana

Apenas para dizer que, num determinado momento nesta Casa teremos que tratar um pouco mais a respeito do Fundo de Previdência do Governo passado. Ouço sistematicamente dizer que o governador Roberto Requião terminou com o fundo. O governador Roberto Requião criou o fundo. Extinguiu o fundo no mesmo período. Portanto, sem gerar nenhum tipo de aumento de despesa para ninguém. O recurso depositado no fundo era recurso do Tesouro, porque o fundo criado na época tinha uma diferença substancial do atual. O Governo do Estado continuava pagando os aposentados durante dois anos, enquanto recolhia para o fundo a mesma parcela como forma de capitalização do fundo. Bem diferente do que está acontecendo agora. É um fundo que não tem fundo. Não tem nenhum centavo nele. Está se vendendo patrimônio para poder capta-lo.

Mais uma coisa, a transformação de CLT para estatutário tinha um objetivo a mais do que a imposição constitucional. Era deixar que esses servidores do Estado continuassem recolhendo INSS e passassem a contribuir para com o próprio fundo do Estado, como uma forma de poder capitalizá-lo com mais frequência. Então, esse assunto não pode ser tratado assim na emoção, na acusação fácil ou até na falta de conhecimento dos fatos que aconteceram. O Servidor Público do Paraná naquela época contribuiu com o fundo. Não perdeu absolutamente nada, porque passou a recolher até menos. O Estado não perdeu. Encerrou-se o fundo e retornou ao Tesouro aquilo que o Tesouro tinha depositado. Muito diferente deste fundo que até agora não se sabe se vai ser implantado ou não. Que já descontou dos servidores nos finais de mês, até com ação na justiça para devolução e o Fundo não tem fundo para devolver.

Muito obrigado.

### O SR. ORLANDO PESSUTI

Muito obrigado pelos apertes.

Devo dizer que não concordo com o Deputado Ângelo Vanhoni quando fala da não qualificação da assessoria do Deputado Valdir Rossoni. Entendo que é uma das mais qualificadas desta Casa. Que, se o Deputado Valdir Rossoni muitas vezes tenta aqui na Casa mudar enfoque de números isso é da responsabilidade exclusiva dele e não da assessoria.

Apenas para encerrar, quero lembrar os Senhores Deputados que hoje a noite estaremos recepcionando mais de 40 Parlamentares de todo Brasil para um jantar de boas-vindas que precede as nossas reuniões de amanhã. Reunião do Parlamento do Sul aqui neste Plenário. Onde vários assuntos serão debatidos tais como: Responsabilidade Fiscal, Reforma Tributária, MERCOSUL, enfim assuntos que interessam a nós, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

À tarde uma reunião na UNALE, quando de novo se conversará sobre Reforma Tributária, Reforma Fiscal que está sendo feita. E se entregará à Sra. Niva o cheque referente ao fundo de assistência parlamentar, em decorrência da morte do Deputado Anibal Khury. Serão entregues carteiras parlamentares da UNALE aos Deputados. E se discutirá o sistema de informatização de todas as Assembléias Legislativas. São assuntos que interessam diretamente a todos nós. Então hoje a noite estaremos recepcionando os nossos visitantes com o jantar, às 21:00 horas no Restaurante Madalosso.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças consulto os Partidos do PST, PT, PSB, PFL.

#### (Declinam)

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni no Horário do PTB.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas. Exerço o cargo de Deputado, aqui nesta Casa e procuro exercê-lo da melhor forma possível.

Em todos os debates feitos, aqui nesta Casa, até pelo exercício do cargo de Líder do Governo eu tenho participado. Todos os projetos que são aprovados nesta Casa, ou são rejeitados e são apreciados por esta Casa, tenho estudado e, através da minha assessoria tenho procurado discutir e debater as questões, que acredito que estou dando a minha contribuição ao povo do Paraná.

Fico extremamente, Senhor Presidente, chateado e para não dizer a V.Exa., se a palavra correta é magoado, quando Deputados que fazem uso da Tribuna e com todo o direito podemos, aqui, divergir de números, quando eles vêm colocar, aqui, em julgamento a capacidade do Deputado.

Nunca subi nesta tribuna, para dizer, aqui, que Deputado A ou B tem uma assessoria competente ou incompetente, que não cabe a minha pessoa fazer esse

julgamento. Também, nunca subi a esta tribuna, para dizer que o Deputado não está preparado para discutir qualquer questão. O que nós podemos é divergir de números.

Por exemplo, ouvi ontem, das palavras do Deputado Edgar Bueno de que a dívida do estado, se não me falha a memória, em torno de 6 bilhões. Contestei os números, sim, porque está aqui a prova cabal, de que há alguns números errados. Talvez, até os números do Deputado Edgar Bueno, agora estejam certos. Porque se ele falou ontem, em 6 bilhões, hoje, já foi falado em 10 bilhões e 12 bilhões. Fala-se em bilhões como se fosse um real, dois reais.

Concordo com o Deputado Caíto Quintana, quando ele diz que temos que discutir a Questão Previdenciária com responsabilidade.

#### O Sr. Edgar Bueno

Permita-me um aparte Deputado, só para esclarecer uma questão.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Concedo o aparte, para que V.Exa. possa dizer o número, que V.Exa. disse ontem.

#### O Sr. Edgar Bueno

Acho, Deputado Valdir Rossoni, com todo o respeito, que houve um equívoco na sua interpretação. Porque falei que o superávit de 1994, era de 6 milhões. Não falei de bilhões. Estava comparando o superávit do Estado. Não estava falando da dívida do Estado, estava falando do superávit, ano a ano e, que em 1995, nós já tivemos déficit de 30 milhões.

Então, tenho certeza absoluta que V.Exa. equivocou-se, quando falei em 6 milhões, mas eu estava falando do superávit do ano de 1994, do Governo do Estado.

Então, houve realmente um equívoco, não falei em 6 bilhões, ontem, da dívida do Estado.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Por isso, que estou dando oportunidade a Vossa Excelência me apartear e colocar o seu discurso, porque vi que Vossa Excelência tinha por escrito e, entendi 6 bilhões. Foi um equívoco e eu compreendo, agora, nem por isso, dentro do equívoco tem o direito Parlamentar de subir à Tribuna e vir aqui tecer comentário, se eu estou preparado ou não estou preparado para discutir esta questão.

Quem tem que dizer se eu estou preparado e é me assegurado, por mais despreparo que eu tenha, quem pode julgar-me são os meus eleitores. Pelo que tenho sentido dos meus eleitores, eles estão gostando da minha atuação.

Vim a esta Casa com 17 mil votos, subi para 22 mil votos, fui para 60 mil votos e acredito que na próxima vai passar disso.,

Então, acredito que aos meus eleitores estou fazendo um papel que está sendo agradável, está aí o resultado do meu trabalho.

Quero dizer a minha assessoria, Dra. Lidia e a quem ela comanda. Não se deixe levar por essas palavras. Tenho pela senhora um profundo respeito, e eu sei o respeito que a senhora tem de toda a equipe do Governo pela sua competência. Que a senhora exerce a assessoria da Liderança do Governo com uma competência que todos os órgãos do Governo querem levá-la pela sua competência. Então, pode ter certeza que a senhora tem a admiração dos Deputados que apoiam o Governo, o respeito por este trabalho, e toda a luta que nós travamos para esclarecer os Deputados e trazer aqui as informações.

Então a senhora tem da minha pessoa e dos Deputados todo o respeito, hoje nós estamos na 5ª feira, amanhã teremos a 6ª feira, final de semana, a senhora pode voltar para casa e cuidar dos seus filhos, do seu esposo, da sua família, com a consciência tranqüila, porque não serão considerações desta forma que vão fazer com que seu trabalho seja diminuído.

Quanto à questão do Fundo Previdenciário do Estado, aí acho que tem que ser discutido com responsabilidade, e nós poderíamos até marcar uma Sessão para discutirmos o Fundo Previdenciário do Estado. Porque claro, quando você aparteia, e aí é que eu gostaria que o Deputado Caíto Quintana me ouvisse, você quer ser breve porque está tomando a palavra de quem está usando da tribuna. Agora, não estou falando nenhuma inverdade quando digo que foram transformados 50 mil celetistas em estatutários, e que isso trouxe um prejuízo para o Paraná muito grande. Disse muito bem o Deputado que o Governador Jaime Lerner teve a mesma atitude na Prefeitura de Curitiba, que não tenho conhecimento porque nunca fui Vereador de Curitiba, mas o Fundo Previdenciário da Prefeitura de Curitiba, se não me falha a memória e não quero aqui afirmar, não vi em nenhum jornal que está com problema de saúde financeira, que teve que ter extinguido, pelo menos foi criado e não foi extinto.

Nunca disse aqui desta tribuna também, que quando foi extinto o Fundo Previdenciário do Estado no Governo Requião, que o dinheiro não ficou com o Governo - não disse isso. Poderia até insinuar aqui, questões de dólares, essas coisas, não, ficou o Governo naquela época, usou os recursos para resolver problemas financeiros do Estado. Parece que investiu em saúde, na rodovia que liga a Santa Catarina, parece-me que foi esta a finalidade dos recursos, não entro nesta questão. Mas que foi assumida uma responsabilidade que teríamos que ter tido muito mais cuidado, e prova disso que o nosso Governo está tendo esse cuidado, porque entrou com ação na justiça para se ressarcir desses prejuízos. Então, é uma questão que tem que ser discutida, mas não assim falar em bilhões, como se está falando, porque não é possível.

Antes de dar o aparte ao Deputado Algaci Tulio, tenho certeza absoluta, Senhores Deputados, que o dia que vier aqui o Secretário Giovani Gionédís falar da dívida do Estado - todos os senhores sabem que a dívida do Estado, contraímos três empréstimos que ficaram meses parados no Senado da República.

Senhor Presidente, quando terminar o Horário do PTB, faço uso do Horário da Liderança.

Contraímos três empréstimos internacionais.

As outras questões são problemas que vêm de longa data. Não quero dizer que não tenha problema do nosso Governo, mas que Vossa Excelência, Deputado Ângelo Vanhoni, sabe muito bem que o problema do BANESTADO não é só do Governo Jaime Lerner, esta é uma grande verdade. E quem trabalha no setor financeiro sabe muito bem, o que levou o BAMERINDUS a quebrar, a falir, os boatos. Se o Governador Jaime Lerner e o Presidente do BANESTADO da época, quisessem fazer jogo politiqueiro, simplesmente, eles teriam cruzado os braços e deixado o Banco sofrer a intervenção. E até acho que foi o grande erro do Governo Jaime Lerner.

Mas o Governador Jaime Lerner lutou para salvar o BANESTADO, e aí é que foi o seu erro, porque o mesmo amor que Vossa Excelência tem pelo BANESTADO, o Governador Jaime Lerner tem e o povo paranaense também tem. E o Governador, no ímpeto de salvar o BANESTADO, que estava sob ameaça de interferência, tentou salvar o BANESTADO. Mas o que aconteceu a partir daquela época? Aprofundou-se a crise, os juros foram absurdos. E aí, o que ocorreu? Aprofundou-se a crise, não salvamos o BANESTADO.

Se o Governador Jaime Lerner quisesse deixar este carimbo no Governo anterior, ele simplesmente teria feito o que fez o Mário Covas, em São Paulo, para carimbar o Fleury, deixou que interviesse no BANESPA. E esta foi a atitude correta, porque sempre defendi, dentro do Governo, que tinha que deixar a responsabilidade para quem a tinha. Mas o Governador Jaime Lerner, por amor ao Banco paranaense, tentou de todas as formas salvar o Banco. Aumentou-se os juros, aumentou-se os problemas do País, aprofundou-se a crise e aí aconteceu o que aconteceu.

Quanto a questão da capitalização do fundo e a antecipação dos "royalties": vamos votar aqui nesta Casa a antecipação dos "royalties", terá que se aprovada, teremos oportunidade. Ora, o que é antecipação dos "royalties"? É antecipar um dinheiro do futuro para pagar uma dívida do passado. Há atitude mais justa do que essa? Ou temos a responsabilidade de capitalizar o Fundo Previdenciário do Estado e por isso colocamos na lei da COPEL que 70% dos recursos da privatização terão que vir para capitalizar o Fundo, ou senão nunca o Estado do Paraná, jamais, terá capacidade de investimentos com recursos próprios, quando Vossa Excelência defende isso.

Estamos hoje, se não me falha a memória, os números aqui - não quero dar números exatos - no Governo Requião gastava-se 16% com os inativos e com os

aposentados, e isso foi aumentando num volume tão grande, e aí é que vem a prova da atitude quando assumimos aqueles celetistas e os transformamos em estatutários, que hoje já estamos em 36% da receita comprometida com inativos e aposentados. A única questão é que se o Governador Jaime Lerner resolver o problema do Fundo de Previdência, criado pela Assembleia, que sem Fundo, sim, como diz o Deputado Caíto, mas que estamos procurando capitalizar com os “royalties” e com a COPEL, vamos criar uma situação para este Estado, não só para o Governo Jaime Lerner, mas para todos os Governos que vierem, com fundos previdenciários, com saúde.

Quando você tem 36% da receita do Estado para investimentos, e aí sim, este Estado terá viabilidade de investimento com recursos próprios. Esta é uma questão apaixonante, é uma questão que nós, como Deputados, temos que discutir aqui.

Gostaria, antes de encerrar, dar um aparte ao Deputado Algaci Tulio.

#### O Sr. Algaci Tulio

Deputado Valdir Rossoni, também me sinto na obrigação e no dever de também aqui reconhecer a capacidade, a inteligência e a dedicação da Doutora Lúcia. Pessoa que, quando assumimos a função de Líder do Governo, trouxemos da Secretaria da Fazenda por reconhecer na Doutora Lúcia a sua capacidade para nos ajudar a assessorar a Liderança do Governo.

E, se não fosse assim, Vossa Excelência com certeza, não teria mantido a Doutora Lúcia quando assumiu a Liderança do Governo.

Portanto, quero aqui, publicamente, lamentar a atitude do Deputado Ângelo Vanhoni, de entrar numa seara que atinge o lado pessoal do funcionário. Acho que podemos ter diferenças políticas e ideológicas e aqui é o fórum para este debate, mas nunca entrar no lado pessoal.

Por isso quero aqui também deixar o meu apreço à Doutora Lúcia, a quem conhecemos, temos um estreito relacionamento familiar, e reconhecemos o seu trabalho, assim como da Mara, do Cacau e todo o pessoal que está na sua assessoria.

Com relação à questão da época em que o Governador Jaime Lerner era Prefeito de Curitiba, trarei semana que vem detalhes para dizer que nesta época, em que eu era vice-Prefeito de Jaime Lerner, o IPMC, como até hoje é, era um exemplo de administração, levado com muita seriedade e é por esta razão que é um Instituto de Previdência do Servidor Público do Município, com condições de continuar dando atendimento ao servidor público municipal.

Trarei aqui detalhes da forma como o Prefeito, na época, agiu para manter a qualidade daquele Instituto.

O SR. VALDIR ROSSONI

Como último esclarecimento sobre a questão da denúncia feita aqui ontem pelo Deputado Ângelo Vanhoni, sobre a Secretaria de Segurança.

É preocupação do Secretário, está se investigando, esta semana teremos a conclusão das investigações e, se comprovadas as irregularidades, medidas serão tomadas para solucionar este problema. Se necessário, demissões vão haver porque é interesse do Governador Jaime Lerner, do Secretário Cândido Martins de Oliveira em primeiro resolver o problema, se comprovado, e tomaremos todas as medidas para sanear e solucionar estas denúncias que estão acontecendo.

Mas precisamos aguardar até a semana que vem para que se termine a Comissão de Inquérito e as investigações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra a Liderança do PPB; PDT.

(Declinam)

Liderança das Oposições.

(Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Baratter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 258/99, de autoria do Deputado Tony Garcia, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de empresas paranaenses, pelas empresas contempladas com o plano de incentivo do Governo Estadual e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Com SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. e C.F.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUPRESSIVA Nº 01

PROJETO DE LEI Nº 258/99

O Projeto de Lei nº 258/99, de autoria do Deputado Tony Garcia, dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de empresas paranaenses, pelas empresas contempladas com o plano de incentivo do Governo Estadual e dá outras providências.

A matéria foi relatada pelo Deputado Hermes Fonseca, que considerou inconstitucional o projeto de lei. O primeiro relatório foi rejeitado e designado novo relator.

O novo relatório, de autoria deste Deputado, apresentou Substitutivo ao Projeto de Lei nº 258/99 retirando a obrigatoriedade e incluindo que as empresas contempladas com o Plano de Incentivo do Governo Estadual “darão prioridade às empresas paranaenses para a execução de suas obras de construção, quando nas tomadas de preços ou licitações os valores das empresas de outros estados estiverem em igualdade de preços, qualidade e tecnologia aos oferecidos pelas paranaenses.”

A Comissão de Finanças apresentou outro Substitutivo ao Projeto de Lei nº 258/99, incluindo novamente a obrigatoriedade da contratação de empresas paranaenses por empresas beneficiadas com os incentivos fiscais. Essa foi a única alteração proposta nesse novo Substitutivo, e que já havia sido considerada inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça.

A emenda supressiva, proposta pelo Líder do Governo, suprime o disposto no artigo 3º do projeto de lei original, e mantido nos dois substitutivos apresentados.

Analisando a Emenda Supressiva nº 01, sob os aspectos da legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, apresentamos parecer favorável à tramitação da mesma. Contudo, opinamos pela inconstitucionalidade do Substitutivo apresentado pela Comissão de Finanças, que somente restabeleceu a redação original da matéria.

Sala das Comissões, em 19.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoiamento:

Algaci Tulio, Hermes Fonseca, Nereu Moura, Duílio Genari, Cesar Seleme, Durval Amaral, Serafina Carrilho e Waldyr Pugliesi.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 258/99

#### P A R E C E R :

O nobre Deputado Toni Garcia, propõe o Projeto de Lei nº 258/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de empresas paranaenses, pelas empresas contempladas com o plano de incentivo do Governo Estadual e dá outras providências.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar, nosso Parecer é Contrário a este Projeto de Lei, pelos seguintes fundamentos:

Fere o artigo 5º, XXII, Constituição Federal, que diz “é garantido o direito de propriedade”

Posterga, ainda, normas contidas em norma infra-constitucional, Lei Federal nº 3.071, de 1º de janeiro de

1916 (Código Civil Brasileiro), que estabelecem as faculdades de usar, gozar e dispor de bens (art. 524), a plenitude da propriedade (art. 525), o caráter exclusivo e ilimitado (art. 527).

O verbo contratar, usado no corpo do projeto de lei deriva do latim *contractu* (contrato), que por sua vez constitui uma espécie de negócio jurídico, de natureza bilateral ou plurilateral, dependendo, para a sua formação do encontro da vontade das partes, da autonomia privada, por apresentar-se como uma “norma” estabelecida pelas partes. Deveras, a essência do negócio jurídico é a auto-regulamentação dos interesses particulares, reconhecida pela ordem jurídica, que dá força criativa. Num contrato, as partes contratantes acordam que se devem conduzir de determinado modo, uma em face da outra, combinando seus interesses, constituindo, modificativo ou extinguindo obrigações, ou seja, vínculos jurídicos de caráter patrimonial. O contrato repousa na idéia de um pressuposto de fato querido pelos contratantes e reconhecido pela norma jurídica como base do efeito jurídico perseguido. Seu fundamento é a vontade humana, desde que atue conforme ordem jurídica.

Além do mais, órgão público, não pode fazer distinção pessoas jurídicas, privilegiando umas em detrimento de outras. O conceito de empresas paranaenses, constante do projeto, é fluído, e não tem precisão jurídica.

A Renault é empresa paranaense? Qual o critério? Seria qualquer empresa estabelecida no território paranaense? Ou de capital paranaense?

A administração pública rege-se pelos princípios da legalidade, da moralidade e da impessoalidade.

Revela ainda o princípio da igualdade, uma vez que refere-se tanto à oposição dos proponentes em, face da Administração como à proposição de cada um deles diante dos demais.

A idéia do nobre Deputado é boa e revela sua preocupação com as empresas com sede no Estado do Paraná. Todavia, ante o óbice apontado o parecer é pela ilegalidade e inconstitucionalidade do Projeto de Lei, pois fere o princípio da igualdade perante a lei (art. 5º, caput da CF).

Sala das Comissões, em 13.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2211, de autoria do Senhor Deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente, solicitando seja concedida preferência para a votação do Substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça na deliberação do Projeto de Lei nº 258/99, constante da pauta da Ordem do Dia desta Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Em votação a emenda de Plenário.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Para que a gente possa ter clareza do que estamos votando, V.Exa. anuncia que estamos votando a emenda substitutiva geral ao Projeto de Lei nº 258/99, da Comissão de Constituição e Justiça.

Pergunto se é aquela que está publicada à página 18?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Em votação a emenda.

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI (**Pela Ordem**)

Apresentei este requerimento até para levar ao conhecimento dos Senhores Deputados a tramitação deste projeto de lei, no qual eu fui designado segundo relator pela Comissão de Constituição e Justiça, no qual havia sido rejeitado o primeiro parecer do Deputado Hermes da Fonseca e em concordância com os Senhores Deputados da Comissão, o nosso parecer foi aprovado na forma de um Substitutivo, tirando a obrigatoriedade que constava no projeto e dando prioridade às empresas. Inclusive conversamos com o nobre colega, Deputado Tony Garcia, para que pudéssemos apresentar este parecer. Este projeto foi remetido à Comissão de Finanças e dentro da Comissão de Finanças este projeto voltou a ter a sua obrigatoriedade, daí a apresentação do nosso requerimento que fosse dado prioridade ao nosso substitutivo da CCJ para que pudesse ser apreciado de uma forma constitucional este projeto e sendo acolhida a emenda a emenda apresentada pelo Deputado Valdir Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. Votamos o substitutivo da CCJ que naturalmente prejudica o Substitutivo, daí o parecer da Comissão de Finanças.

Em votação a emenda. **Aprovada.**

## ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/99, de autoria do Deputado Cleiton K. Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Janiópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J..

**Aprovada a Emenda.**

Projeto - **Aprovado.**

## ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a ceder em comodato uma área de terras ao Município de Ribeirão do Pinhal. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J..

**Aprovada a Emenda.**

Projeto - **Aprovado.**

## ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Agostinho Stefanello - Ensino de 1º grau, com sede e foro no Município de Alto Paraná.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J..

**Aprovada a Emenda.**

Projeto - **Aprovado.**

## ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Evangélica o Bom Samaritano, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

**Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 479/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Astorga. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

**Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 481/99, de autoria do Deputado Irineu Mario Colombo, que declara de Utilidade Pública a Casa Família Maria Porta do Céu, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dá denominação a trecho na Rodovia PR-340.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 70, de 16.06.99).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 331/99

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, denomina o trecho da rodovia PR-340, compreendido entre os Municípios de Telêmaco Borba e Tibagi de “Francisco Sady de Brito”.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, da presente proposição, não encontramos nenhum óbice constitucional e legal, que impeça sua tramitação nesta Casa de Leis.

Nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.09.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente em exercício

WALDYR PUGLIESI - Relator

**ITEM 09**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/99 de autoria do Deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar a circunscrição Regional de Trânsito no Município de Colombo. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P. COM EMENDA DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 76, de 22.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 347/99

**P A R E C E R :**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Edson Strapasson, autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito, no Município de Colombo.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável, na forma da emenda.

Sala das Comissões, em 21.09.99.

(aa) | **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente  
**WALDYR PUGLIESI** - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA CORRETIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 347/99

O “Caput” do artigo 1º deste Projeto de Lei, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar no Município de Colombo, uma CIRETRAN, Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Sala das Comissões, em 21.09.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente  
**WALDYR PUGLIESI** - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 347/99

**P A R E C E R :****RELATÓRIO**

De autoria do Senhor Deputado Edson Strapasson, o presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo, a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Colombo.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, entende que a criação de uma CIRETRAN no

Município de Colombo trará melhoria nos serviços prestados a população e agilização no processo.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, somos de parecer favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05.10.99.

(aa) **RICARDO CHAB** - Presidente  
**SERAFINA CARRILHO** - Relatora

**ITEM 10**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 424/99, de autoria do Deputado Beto Richa, cria o Núcleo Regional de Educação em Jaguariaíva. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 93, de 10.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 424/99

**P A R E C E R :**

A proposição do Deputado Beto Richa, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a reestruturar o modo pelo qual se reúnem os municípios em relação à estrutura desconcentrada da Secretaria de Estado da Educação, representada pelo novo Núcleo Regional de Educação, localizado em Jaguariaíva.

Por essa sua característica autorizatória, o projeto não apresenta óbices de natureza constitucional ou legal, razão pela qual opino favoravelmente à sua regular tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente  
**JOSÉ MARIA FERREIRA** - Relator

**O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem)**

Senhor Presidente?

**(Assentimento)**

Senhor Presidente, verifico pela nossa Ordem do Dia, que este projeto de autoria do Deputado Beto Richa, que cria o Núcleo Regional de Educação de Jaguariaíva não passou pela Comissão de Educação.

Como integrante daquela comissão, requeiro a Vossa Excelência a retirada da Ordem do Dia, para que ele retorne e passe pela Comissão de Educação.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Perfeitamente. Aguardamos que Vossa Excelência o faça por escrito e remetemos o projeto à Comissão de Educação.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2206, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2208, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.



Requerimentos nºs 2212 e 2213, de autoria do Senhor Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2214, de autoria do Senhor Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em explicações pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não serão necessários os quinze minutos. É só para fazer um reparo.

Não posso concordar com a tentativa do Deputado Algaci Túlio e do Deputado Valdir Rossoni, ao tentarem contra-argumentar a minha fala do ponto de vista da má informação, que o Deputado Valdir Rossoni tenha a respeito do processo, do que diz respeito dos funcionários públicos, a partir de 88, da sua transformação de celetistas em estatutários.

Valdir Rossoni estava completamente equivocado. Fez uma fala sobre esse aspecto.

Depois fez uma fala a respeito do Banco do Estado do Paraná, que está completamente equivocado. Depois disso, fez uma fala a respeito das dívidas, dizendo que a dívida, tem que fazer leitura. Está completamente equivocado, foi o conteúdo.

Na minha explanação, nessa minha crítica às despesas e as propostas do Deputado Valdir Rossoni, em nenhum momento me referi a Dra. Lídia, a quem preso e respeito e conheço a sua competência. Falei de sua assessoria, que não assessora. Porque se um Deputado, Líder do Governo, não tem conhecimento satisfatório para defender e argumentar com propriedade determinadas matérias, esse Deputado precisa recorrer a uma assessoria. Não sei se problema é da assessoria ou do Deputado. Mas o que vale é que o Deputado Valdir Rossoni está completamente equivocado sobre esses três aspectos. Isso não é deselegante, faz parte do debate político aqui. O Deputado não conhece a matéria. Não sabe o que é o problema dos estatutários e celetistas. Atribuiu isso ao Governador Requião.

O governador Requião fez exatamente se você tem uma dívida, de não ter feito a transformação do estatutário, implantado o Regime Único - já disse, o Prefeito Jaime Lerner fez isso no mesmo momento, logo depois de 88, o Governador era então o Requião. No Estado teve esse problema, na Prefeitura não teve esse problema. Mostrou um profundo desconhecimento da matéria, invertendo todas as determinações decor-

rentes deste fato. Por isso, a crítica à falta de conhecimento.

Não leve a Dra. Lídia de forma alguma a minha fala a se estender a Dra. Lídia, a qual conheço a sua competência.

Essa prática de tentar talvez pegar má interpretadamente a parte menor de uma fala, para tentar desqualificar o seu interlocutor, não é um procedimento que possa enriquecer os debates aqui do Plenário.

O Deputado Valdir Rossoni sabe qual é o verdadeiro conteúdo da minha crítica as suas posições aqui, nesta matéria discutida hoje, na Casa. O Deputado Algaci Túlio também sabe disso. Sabe que em nenhum momento usei da tribuna e do microfone e defendi as minhas idéias, com o intuito sequer de denegri e de atacar ou de menosprezar a assessoria de qualquer Deputado e muito menos da Dra. Lídia e do Líder do Governo aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Faz parte de um contexto de crítica as posições assumidas pelo Deputado Valdir Rossoni. Então endereço não ao Deputado Valdir Rossoni, mas sim a Dra. Lídia que está aqui presente o meu apreço, o meu reconhecimento pelas suas qualidades técnicas, pela pessoa que é, e que tenho carinho porque conheço pessoalmente.

Por isso gostaria de fazer este reparo porque acho que o Deputado Valdir Rossoni e o Deputado Algaci Túlio não tinham o direito de tentar me contrapor à Dra. Lídia, sobre esse aspecto, num aparte menor da minha fala, que diz respeito a falta de conhecimento do Deputado Valdir Rossoni sobre esta matéria discutida aqui hoje.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Explicações Pessoais**)

O Deputado Vanhoni agora vem com toda a sua capacidade, a qual enalteço - Vossa Excelência é nobre curitibano, sangue azul, deve ter feito pós-graduação em Harvard - realmente enalteço todas as qualificações do Deputado Vanhoni.

Agora, Deputado Vanhoni, vir querer fazer comentários sobre se tenho condições ou não tenho condições, se é falta de conhecimento ou o quê, Vossa Excelência está entrando num campo pessoal. Jamais esperava esta sua atitude, porque tenho, por Vossa Excelência um profundo apreço. Gostaria que Vossa Excelência discutisse aqui, é melhor para o Deputado Vanhoni, para as Oposições, que o Líder do Governo não tenha as qualificações para discutir as questões, é melhor. Porque aí o que é que acontece? Vocês ganham todas! Vossas Excelências ganham todas!

Agora, quando Vossa Excelência procura diminuir o Deputado, na maneira que Vossa Excelência coloca, quero dizer que não concordo com Vossa Excelência por mais humilde que seja este cidadão, por mais humilde que seja este Deputado, por mais desqualificado que seja este Deputado, não faltei com a verdade! E quando você fala de questões genéricas e várias

questões que têm profundidade, é claro que não me aprofundei nas questões.

Agora, Deputado Vanhoni, por favor, Vossa Excelência é uma pessoa que tem todas as qualificações para ser o Líder dos líderes, aqui nesta Casa, mas respeite a humildade daqueles que se esforçaram para cumprir o seu papel, aqui nesta Casa, do que ser desqualificado da forma com que Vossa Excelência me desqualificou.

E não adianta as suas desculpas, tenho certeza que a Doutora Lúcia e a minha assessoria já aceitaram, porque é o nosso princípio. Agora, Vossa Excelência generalizou, quando pegou o Deputado Rossoni, quando pegou a assessoria. Às vezes sua inteligência se exacerba e aí comete estes pecados de diminuir as pessoas e isto não é bom para o Parlamento, inibe os Deputados de exercer sua função.

Gostaria de pedir a Vossa Excelência que o mesmo respeito que dedico a Vossa Excelência com toda a sua capacidade, gostaria que Vossa Excelência dispensasse o seu respeito, apesar da minha pouca qualificação.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Ainda antes de encerrarmos a sessão, rendendo as minhas homenagens à minha assessoria e à assessoria do Governo, olvidamos aqui um requerimento do Deputado Péricles Mello, de envio de expediente ao Secretário de Transportes.

Discussão. Votação.

**Aprovado.**

Ratificamos ainda o convite a Vossa Excelência para hoje, às 16:00 horas, para outorga de título de Cidadão Honorário do Paraná ao ex-Deputado Zacharias Emiliano Seleme, de autoria do Deputado Cesar Seleme.

De igual maneira, convidamos a Vossas Excelências ao nosso jantar hoje, no Restaurante Madalozzo, comandado pelo nosso Deputado Orlando Pessuti, nosso representante oficial da UNALE, juntamente com o Deputado Seleme, onde recepcionaremos os nossos companheiros dos outros Estados.

E damos início a reunião do Parlamento do Sul, com os Presidentes dos Poderes do Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

**REDAÇÃO FINAL** - dos Projetos de Lei nºs 084, 247 e 377/99.

**3ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 258/99.

**2ª DISCUSSÃO** - dos Projetos de Lei nºs 331 e 347/99.

**1ª DISCUSSÃO** - dos Projetos de Lei nºs 467 e 512/99.

Levanta-se a sessão.

## **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 027ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 1999**

*(quinta-feira)*

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Cleiton Kielse e Antonio Carlos Baratter.

Às onze horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Cesar Seleme, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Maia, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (39).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Maria Ferreira, Carlos Simões, Cesar Silvestri, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppino, Moisés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Ricardo Chab e Serafina Carrilho (15).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 434/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar uma área de terras a Prefeitura Municipal de Arapoti. **Aprovado.**

### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 482/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de

Utilidade Pública Estadual a Associação dos Amigos do Vale do Ivaí - AMIVALI, com foro e sede em Curitiba. **Aprovado.**

### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 500/99, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche São Paulo Apóstolo, com sede e foro no Município de Umuarama. **Aprovado.**

### **ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 033/99, de autoria da Comissão Executiva, que altera a Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992. **Aprovado.**

### **ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 035/99, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre a filiação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná junto à União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 25, logo após o término da Sessão Ordinária.

Levanta-se a sessão.